

## **CONCURSO PÚBLICO**

### **AQUISIÇÃO DE CUBAS, RESERVATÓRIOS, JERRICANS E BACIAS DE RETENÇÃO PARA AS INSTALAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO**

**TA\_25\_011\_CP\_B\_002\_DOP**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**MARÇO 2025**

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Cubas, Reservatórios, Jerricans e Bacias de Retenção para as Instalações da Tejo Atlântico**, em conformidade com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** e a entrega nas instalações indicadas no **Anexo II**, ambos ao presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessados(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos, que dele fazem parte integrante;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo concorrente;
  - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### Prazo contratual

O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura e mantendo-se em vigor pelo prazo de 90 (*noventa*) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

## CAPÍTULO II

### OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### SECÇÃO I

#### OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
  - a) Assegurar, pelos preços unitários indicados na proposta adjudicada e no prazo definido no n.º 2 da Cláusula 6.<sup>a</sup>, os fornecimentos contemplados no presente Caderno de Encargos, em todas as instalações da Tejo Atlântico, indicadas no **Anexo II**, e em conformidade com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I**, ambos ao presente Caderno de Encargos;
  - b) Articular com o Gestor do Contrato da Tejo Atlântico a data de entrega dos bens, com uma antecedência mínima de 7 (*sete*) dias;
  - c) Enviar, através de correio eletrónico para o Gestor do Contrato da Tejo Atlântico, até ao prazo de 5 (*cinco*) dias, antes da entrega dos bens, o **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos, devidamente preenchido, contendo a Marca, o Modelo e o n.º de série para cada item;
  - d) Garantir os bens entregues em conformidade com o fim a que se destinam;

- e) Executar os fornecimentos de modo a não influir com as rotinas normais de exploração, as condições de segurança das infraestruturas, pessoas, bens e tratamento das águas residuais, a quantidade e a qualidade das águas tratadas, salvaguardando as incidências ambientais;
- f) Cumprir as normas ambientais e as regras de segurança e de proteção ambiental em vigor;
- g) Afetar ao contrato todos os meios humanos e técnicos e os equipamentos necessários e considerados suficientes, para a correta execução dos fornecimentos especificados no Caderno de Encargos e conforme a Lista de Preços Unitários integrantes da proposta adjudicada;
- h) Remover, transportar e enviar a destino final adequado os resíduos resultantes do fornecimento dos bens, nos termos da legislação em vigor, por quem esteja legalmente habilitado para o efeito, nomeadamente os resultantes do transporte e acondicionamento dos bens fornecidos;
- i) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- j) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações relativas às condições da aquisição de bens, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que lhe sejam solicitados pela Tejo Atlântico;
- k) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
- l) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social e/ou os seus representantes legais;
- m) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio da empresa, através da ligação [https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/pagin\\_as\\_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03\\_manual\\_de\\_fornecedores\\_adta.pdf](https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/pagin_as_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf).

2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento de bens, assim como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## Cláusula 5.<sup>a</sup>

### Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Cocontratante obriga-se a entregar à Tejo Atlântico os bens objeto do contrato, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos identificados no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário para a boa e integral utilização e funcionamento dos mesmos, designadamente, manuais em língua portuguesa.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Cocontratante é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

## Cláusula 6.<sup>a</sup>

### Entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato, constantes do **Anexo I**, devem ser entregues nas instalações indicadas no **Anexo II**, de acordo com a distribuição indicada no **Anexo IV** ao presente Caderno de Encargos, sem prejuízo de outros locais que venham a ser acordados com o Cocontratante no decorrer do contrato.
2. A entrega dos bens deverá ser realizada de uma só vez, nos respetivos locais, por acordo prévio com a Tejo Atlântico, no prazo máximo de 40 (*quarenta*) dias após a entrada em vigor do contrato, salvo situações excecionais devidamente justificadas pelo Cocontratante e aceites pela Tejo Atlântico.

3. Consideram-se como situações excecionais devidamente justificadas, nomeadamente, aquelas em que os prazos de entrega de materiais por parte do fabricante sejam superiores aos prazos referidos no número antecedente, cabendo ao Cocontratante fazer prova de tal facto e não podendo, de qualquer modo, o período de tempo a mais ser superior ao previsto para a execução do contrato.
4. A entrega dos bens objeto do contrato serão efetuados no horário compreendido entre as 08h00 e as 18h00, em dias úteis, nos locais identificados no **Anexo II** ao presente Cadernos de Encargos.
5. A entrega dos bens objeto do contrato efetuados para além do horário referido no número anterior têm de ser previamente autorizados pela Tejo Atlântico, podendo esta autorizar que os fornecimentos se realizem entre as 18h00 e as 08h00 para favorecer a eficácia do fornecedor.
6. Caso o Cocontratante, por sua iniciativa, proceda à entrega dos bens objeto do contrato fora do horário compreendido entre as 08h00 e as 18h00, a Tejo Atlântico pode exigir o pagamento do acréscimo de custos, caso a entrega dos bens objeto do contrato o justifique.
7. Caso o Cocontratante tenha de recorrer a horas extraordinárias para o cumprimento dos prazos de entrega dos bens objeto do contrato, estas horas são da responsabilidade do Cocontratante, bem como todos os encargos que daí resultem.
8. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização daqueles.
9. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da sua posse e da propriedade para a Tejo Atlântico, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
10. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Cocontratante.

## Cláusula 7.<sup>a</sup>

### Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega dos bens, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no ato da entrega, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características,

especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no **Anexo I** e se correspondem às quantidades, estabelecidas no **Anexo II**, ambos ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.

2. Durante a inspeção realizada no número anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1. No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no **Anexo I** e com as quantidades, estabelecidas no **Anexo II**, ambos ao presente Caderno de Encargos, e na proposta adjudicada, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das alterações ou substituições necessárias pelo Cocontratante no prazo respetivo, a Tejo Atlântico procede a nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Aceitação dos bens e transferência da propriedade**

1. Caso a inspeção a que se refere a cláusula 7.<sup>a</sup> comprove a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos nos **Anexos I e III** e com as quantidades, estabelecidas no **Anexo II**, ao presente Caderno de Encargos, e na proposta adjudicada, deve no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias a contar do final da inspeção, ser enviado ao

Cocontratante, via correio eletrónico, uma declaração de aceitação dos bens.

2. Com a declaração de aceitação a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens para a Tejo Atlântico, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
3. A assinatura da declaração a que se refere o n.º I não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias com as exigências legais ou características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no **Anexo I**, tal como com as quantidades, estabelecidas no **Anexo II**, ambos ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Garantia técnica**

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data do envio da declaração de aceitação, prevista no n.º I da Cláusula 9.<sup>a</sup>, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Garantia de continuidade de fabrico**

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Dever de sigilo**

- I. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação desta.

6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Tejo Atlântico, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;

- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

## **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

### **Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO**

## **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

### **Preço base e preço contratual**

1. O preço contratual não pode ser superior a 145.000,00 € (*cento e quarenta e cinco mil euros*).
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

## **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

### **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Tejo Atlântico, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o integral cumprimento das obrigações contratuais decorrentes do fornecimento dos bens e só após aceitação pela Tejo Atlântico, ou seja, com a assinatura e envio da declaração de aceitação mencionada na Cláusula 9<sup>a</sup>.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

## **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

### **Faturação**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância do disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:

- a) Ser emitida nos termos do n.º 2 da cláusula anterior;
  - b) Indicar a hora e data de entrega dos bens;
  - c) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
  - d) Identificar os bens fornecidos, os locais de entrega e as respetivas quantidades;
  - e) Indicar os preços unitários e o preço global dos bens fornecidos;
  - f) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em:
- <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

- I. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designada pela Tejo Atlântico:
  - Gestor do contrato: João Serrenho
  - Morada: Fábrica da Água de Alcântara – Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
  - Telefone n.º +351 213 107 900
  - Correio eletrónico [geral.adta@adp.pt](mailto:geral.adta@adp.pt)

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante, em relatório fundamentado, as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **CAPÍTULO III**

## **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 21.ª**

#### **Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 15 (quinze) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do n.º 3 do artigo 318º CCP.

## **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens definido no n.º 2 da Cláusula 6.<sup>a</sup>, será aplicada uma sanção contratual de até 10% (*dez por cento*) do preço contratual.
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico**

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. A Tejo Atlântico pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
  - a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 40 (*quarenta*) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da sanção referida no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 22.<sup>a</sup> relativamente aos bens objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
  - a) Seguro de responsabilidade civil, que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;

- b) Seguros de acidentes de trabalho, por parte dos membros da equipa a afetar ao fornecimento.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou por correio eletrónico, entre o Gestor do Contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 20.<sup>a</sup>, e o Cocontratante para os contactos identificados em declaração do mesmo nos termos do Anexo VIII ao Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for

assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

## ANEXO I – Especificações Técnicas e Quantidades

Item	Equipamento	Capacidade (L)	Especificações	Quantidades (UN)
1	Jerricans	20	Para transporte de hipoclorito de sódio.	38
2	Cubas	400	Para transporte de hipoclorito de sódio.	4
3		1000	PEHD de cor escura; para hipoclorito de sódio e cloreto férrico;	10
4			IBC, de cor escura, com junta vito, com escala de medição de nível, para hipoclorito de sódio.	16
5		5000	Depósito PEAD para hipoclorito sem bacia de retenção: - com teto cônico e fundo plano; - com coluna de aspiração no depósito; - com medidor de nível exterior, com escala; - com tubagem de carga por cisterna e respetiva válvula de acoplamento; - com picagem para aspiração das bombas doseadoras; - com orelhas de elevação; - com orelhas de fixação.	4
6	Depósito de Armazenamento	200	Depósito com bacia de retenção para hipoclorito de sódio.	6
7		300	Depósito; PEHD; para hipoclorito de sódio.	1
8		5000	Depósito; PEAD com bacia de retenção (cloreto férrico ou hipoclorito de sódio).	1
9	Bacias de retenção	120	Para gasóleo.	2
10		300	Para as cubas de hipoclorito.	13
11		500	Para as cubas de hipoclorito.	6
12		1.000	Para as cubas.	32
13		2.000	Bacia dupla, 100% plástica, 100% anticorrosiva, resistente à intempérie e carga uniforme admissível 3000kg.	4
Nº de Equipamentos				137

## ANEXO II

### LOCAIS DE ENTREGA

<b>Centro Operacional</b>	<b>Local de entrega</b>	<b>Morada</b>
AAR	Fábrica de Água de Rio Maior	Estrada Santarém - Quinta Rosa - 2040-414 Rio Maior
ANZ	Fábrica de Água da Nazaré	Estrada Nacional 242, 2450-000 Nazaré
BCO	Fábrica de Água da Charneca	Arelho - 2510-191 Arelho - Óbidos
TDV	Fábrica de Água de Santa Cruz	Rua ETAR - Casalinhos de Alfaiata - 2560-436 Silveira
ALC	Fábrica de Água de Alcântara	Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
ALV	Fábrica de Água de Alverca	Estrada das OMGA, 2615-173 Alverca do Ribatejo
BEI	Fábrica de Água de Beirolos	Rua Chen He, 1990-513 Lisboa
FRI	Fábrica de Água de Frielas	Rua 28 de setembro – Cruz da Pedra, 2660-001 Frielas
CDE	Fábrica de Água da Guia	Estrada Nacional N° 247, 2750-642 Cascais
VFX	Fábrica de Água de Vila Franca de Xira	Rua Anúncio, 2600-020 Vila Franca de Xira

### **ANEXO III**

#### **FICHA DE BENS – MARCA, MODELO E N.º DE SÉRIE**

**(Documento Autónomo)**

## **ANEXO IV**

### **DISTRIBUIÇÃO DOS BENS PELOS CENTROS OPERACIONAIS**

**(Documento Autónomo)**